

As reflexões dos mercantilistas ingleses sobre a trajetória imperial espanhola e os seus impactos na formulação das concepções imperiais inglesas do final do século XVII e início do XVIII

The reflections of english mercantilists on the spanish imperial trajectory and its impacts on the formulation of english imperial conceptions of the late 17th and early 18th centuries

Felipe Mesquita Antunes*

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar as caracterizações feitas por mercantilistas ingleses do final do século XVII e início do XVIII acerca do império espanhol e identificar como as concepções imperiais desses autores foram, em partes, moldadas a partir da percepção que tiveram sobre a trajetória espanhola. Para isso, foi tomado como base os textos de autores *tories* e *whigs* que abordaram aspectos da trajetória imperial espanhola, com destaque para as narrativas de mercantilistas ingleses que fizeram menção ou tentaram explicar a decadência espanhola durante o século XVII, as quais foram analisadas buscando desvelar os impactos que essas reflexões tiveram no pensamento desses autores e nas políticas concretas que passaram a ser adotadas pelo império britânico.

Palavras-chave: Mercantilismo; Império britânico; Império espanhol.

Abstract

This article aims to analyze the characterizations made by english mercantilists in the late 17th and early 18th centuries about the spanish empire and to identify how these authors' imperial conceptions were, in part, shaped based on their perception of the spanish trajectory. To this end, the texts of *tories* and *whigs* who approached aspects of the spanish imperial trajectory were taken as a basis, with emphasis on the narratives of english mercantilists who mentioned or tried to explain the spanish decadence during the seventeenth century, which were analyzed seeking to unveil the impacts that these reflections had on the thinking of these authors and on the concrete policies that came to be adopted by the british empire.

Keyword: Mercantilism; British empire; Spanish empire.

* E-mail: mesquitafelipe95@gmail.com.

Introdução

Nos últimos anos, tem ocorrido um importante movimento na historiografia de retomar os estudos sobre o que se convencionou chamar de mercantilismo. Embora o tema já estivesse em discussão há muito tempo – mais especificamente desde o final do século XVIII – e tenha recebido as mais diversas abordagens, cabe destacar como algumas lacunas importantes se mantiveram nesses estudos que se dedicaram a estudar o assunto. Mesmo tendo muitos méritos, as abordagens clássicas levaram a uma consolidação da narrativa de que o mercantilismo poderia ser identificado como um bloco homogêneo de ideias e práticas econômicas – que poderiam ser mais ou menos restritas de acordo com cada perspectiva –, em análises que quase sempre estiveram circunscritas a uma dada realidade nacional.

Frente a esse cenário, trabalhos como os de Lars Magnusson (MAGNUSSON, 2015), Steve Pincus (PINCUS, 2009) e de Phillip J. Stern e Carl Wennerlind (STERN; WENNERLIND, 2014) vieram justamente para apontar como o rico legado deixado pelos mercantilistas ainda pode e deve ser revisitado pela historiografia para que sejam revelados novos e fundamentais aspectos do pensamento mercantilista e do período moderno como um todo. Ainda que por vias diferentes, essas novas leituras ajudaram a mostrar alguns limites das abordagens clássicas, ao mesmo tempo em que indicaram novos caminhos para explorar este tema. Assim, questões que costumavam ficar de fora dos estudos tradicionais, como o contexto linguístico e ideológico ou mesmo as disputas políticas e divergências internas entre os mercantilistas, passaram a ser enfatizadas, abrindo margem para que novas agendas de pesquisa comecem a olhar para os mercantilistas de uma maneira diferente, desta vez relacionando as reflexões mais estritamente econômicas com aspectos mais amplos da vida social, política e cultural daqueles atores sociais. Isso foi importante por permitir enxergar como os escritos e a ação política dos mercantilistas guardavam relações de condicionamento mútuo com o contexto ideológico, econômico, político e cultural do ambiente em que eles estavam inseridos, de modo a proporcionar uma compreensão mais ampla dos significados e intenções que permeavam os seus posicionamentos.

Contudo, apesar desses avanços, mesmo nesses trabalhos mais recentes a questão do enfoque circunscrito no estado-nação segue sendo um entrave importante nos estudos sobre o mercantilismo. Como vem demonstrando a historiografia associada à chamada História Global, esta não é uma exclusividade dos trabalhos acerca do mercantilismo, mas sim um problema mais geral que acompanha a produção historiográfica desde a sua consolidação enquanto ciência – na acepção moderna do termo – ainda no século XIX. Não é por outro motivo que tem ganhado tanto espaço, sobretudo a partir dos anos 2000, as perspectivas historiográficas que buscam romper com o chamado “nacionalismo metodológico”¹ e privilegiar as conexões e relações que

¹ Para o historiador Sebastian Conrad, o nacionalismo metodológico significa pressupor teoricamente o estado-nação como a unidade fundamental de observação, de modo a servir como uma moldura que acaba por restringir e limitar a História, na maioria das vezes, ao exercício de uma história nacional. Em: CONRAD, S. What is Global History. New Jersey: Princeton University Press. 2016, p. 3 - 4.

existiam para além das fronteiras de um estado ou império específico. Superar esse entrave, no entanto, é especialmente importante quando se trata de investigar o mercantilismo em suas diversas variantes, pois há uma característica marcante no pensamento dos autores mercantilistas que torna ainda mais desejável a adoção dessa perspectiva: ainda que eles estivessem centrados em apontar caminhos e estratégias capazes de promover o enriquecimento da sua nação, seus argumentos e propostas eram formulados a partir de uma visão do quadro econômico e político internacional, sendo que a todo momento realizavam balanços sobre as experiências históricas e comparações entre a condição econômica, política e militar dos estados europeus. Em outras palavras, entender os seus escritos perpassa também ter uma visão de conjunto da situação política e econômica internacional, o que, neste texto, vai ser pensado a partir da noção de economia-mundo².

Por sinal, será com base nesse referencial da economia-mundo que iremos construir ao longo deste trabalho uma compreensão do mercantilismo, em sua variante inglesa de finais do XVII e início do XVIII, distinta das leituras tradicionais que costumam caracterizá-lo por determinadas práticas econômicas estatais, especialmente aquelas de cunho protecionista, ou por um entendimento específico da economia que concebe o comércio como o meio principal de enriquecer e como um jogo de soma zero. Em resumo, neste texto irá se trabalhar com a noção de que o mercantilismo inglês do período analisado deve ser compreendido como um primeiro discurso econômico que assimilou os elementos centrais do funcionamento da economia-mundo capitalista e buscou oferecer um conjunto variado de respostas práticas, que eram em sua maioria traduzidas como propostas de políticas econômicas, a serem adotadas pelo império britânico visando atender à necessidade sistêmica de acúmulo constante de capital, o que, deve-se ressaltar, estava totalmente imbricado com a realização dos objetivos de poder que eram almejados³.

Seguindo essa perspectiva, este artigo parte de uma análise sobre escritos de mercantilistas ingleses do final do século XVII e início do XVIII tendo como objetivo central observar como os espanhóis e a trajetória imperial da Espanha eram representados nesses textos e quais lições e desdobramentos que essas reflexões tiveram para as políticas imperiais britânicas⁴. Isto é, em vez de ter uma análise aut centrada na realidade nacional inglesa, a

² Utilizaremos o conceito braudeliano de economia-mundo enquanto uma totalidade aberta. Isto é, seguindo a formulação do historiador Rafael Marquese, a economia-mundo e seus processos internos enquanto um todo integrado, como uma totalidade que pressupõe contradições e movimentos e que é marcada por uma relação de condicionamento mútuo entre esse todo e as suas partes (MARQUESE, Rafael. História global da escravidão atlântica. Em: Esboços, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 14-41, jan./abr. 2019, p. 17).

³ Apesar de não ser possível desenvolver neste artigo todas as implicações dessa formulação e suas diferenças com as principais definições específicas de mercantilismo, cabe destacar que ela perpassa uma compreensão que não restringe o mercantilismo a um discurso econômico que privilegia apenas o comércio e o acúmulo de riquezas por meio da balança comercial favorável, mas abre espaço para a inclusão da percepção do trabalho enquanto meio para a criação de riquezas e, o que está diretamente relacionado, para uma assimilação da forma-mercadoria como um princípio universal que rege as relações sociais nesse contexto sistêmico.

⁴ As duas nomenclaturas foram usadas em função deste estudo englobar o período anterior e posterior à transição política que levou à união entre Inglaterra e Escócia – concretizada pelo

perspectiva aqui colocada é a de investigar esse lado da representação dos espanhóis como um meio para compreender e lançar luz sobre aspectos da formulação de ideias e práticas que marcaram o mercantilismo inglês desse período. Trata-se, portanto, de integrar o império espanhol – incluindo seus vastos territórios americanos – em uma história que costuma ser contada levando em consideração apenas o que ocorria no Atlântico Norte.

Operar dessa maneira é particularmente importante porque, como lembra o historiador David Eltis (2019, p. 496), a despeito da relevância econômica e geopolítica que as possessões do império espanhol – e também do império português – seguiram tendo nesse período, os trabalhos dos historiadores que abordam o Atlântico pré-1800 ainda se voltam de maneira desproporcional para os territórios britânicos e franceses. Logo, uma das chaves para superar esse entrave do nacionalismo metodológico nos estudos sobre o mercantilismo inglês passa justamente por incluir o mundo ibérico e o Atlântico Sul nessas análises. No caso específico dos espanhóis, essa inclusão assume uma importância ainda maior sobretudo por conta da preponderância política que a Espanha Habsburgo alcançou durante os reinados de Carlos V e Felipe II – período de enorme concentração de territórios ultramarinos e europeus e em que a Espanha se colocava como o principal poder político que ameaçava se sobrepor a todas as outras nações europeias – e também em razão das riquezas e de todo o potencial econômico das suas possessões americanas.

Esses foram aspectos que levaram os mercantilistas ingleses a buscar entender e tirar lições da trajetória imperial espanhola, o que envolveu a realização de um intenso debate sobre os motivos para a aparente decadência dos espanhóis que teria ocorrido ao longo do século XVII. Tendo isso em vista, este artigo será dividido em dois tópicos principais: primeiro, será discutido esse tema da representação sobre os espanhóis, enfatizando as análises que eram feitas em torno dos repertórios imperiais⁵ espanhóis e das razões que explicavam o declínio da Espanha ao longo do século XVII; depois, teremos um tópico mais voltado para discutir as lições e desdobramentos que essas reflexões tiveram no pensamento desses autores e no âmbito das políticas britânicas. Por fim, finalizaremos com conclusões mais gerais sobre as questões abordadas e as perspectivas que podem se abrir a partir dessa análise do lugar ocupado pelos espanhóis no pensamento mercantilista inglês.

Leituras sobre o “declínio” espanhol

Ao longo de todo o século XVII, os ingleses tiveram seus olhares muito voltados para o que estava ocorrendo na Espanha e em seus territórios ultramarinos. Conforme já adiantamos,

Tratado de União em 1707- que criou o Reino da Grã-Bretanha. Por isso, seguiremos usando inglês caso seja uma menção a um período anterior à 1707 e britânico se for um período posterior.

⁵ Tal conceito de repertório imperial foi formulado por Jane Burbank e Frederick Cooper como uma ferramenta para se pensar de maneira relacional e flexível os fatores que levaram os impérios a adotarem ou rejeitarem estratégias e ações específicas. Ver mais em: BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. *Empires in World History: Power and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton. University Press, 2010, p. 3.

o poder político alcançado pela dinastia Habsburgo e o potencial econômico dos vastos territórios que estavam sob seu controle justificavam essa atenção. Nas palavras do historiador Steve Pincus, a “Inglaterra (...) tinha passado a maior parte do século passado [referindo-se ao século XVII] tentando impedir os reis espanhóis de alcançarem seu tão almejado objetivo de monarquia universal, ou domínio mundial” (PINCUS, 2009, p. 309, tradução nossa). No entanto, há uma diferença muito importante entre as percepções e análises que eram feitas sobre os espanhóis no início e no final do século. Se em um primeiro momento a Espanha era temida e vista como a nação mais próxima de se estabelecer como uma Monarquia Universal⁶, nos anos finais do século o que predominou foram as leituras que identificavam uma Espanha já decadente e incapaz de fazer frente às potências europeias em ascensão, sobretudo Inglaterra, França e Holanda.

Com isso, as preocupações dos ingleses do final do século XVII e início do século XVIII mudaram de figura quando estavam abordando o império espanhol. Em lugar do temor pela monarquia universal, passou-se a ter como foco a tentativa de entender por que um império daquela magnitude e com tantas riquezas a serem exploradas em seus territórios teria ficado para trás daquele jeito. Para os mercantilistas ingleses, compreender os motivos desse aparente declínio era crucial, tanto pela importância econômica e geopolítica que o império espanhol seguia tendo para a economia internacional quanto pelas lições e aprendizados para a construção imperial inglesa que poderiam ser extraídos dessa trajetória – fator este que será enfatizado neste artigo.

Por sinal, essa tentativa de explicar a decadência espanhola também recebeu grande atenção da historiografia. Segundo a formulação clássica de Earl Hamilton, a Espanha teria enriquecido no intervalo de um século e, no século seguinte, entrado em declínio. Mesmo reconhecendo que existiram muitas distorções e exageros na literatura que abordou o tema, incluindo nisso a chamada *leyenda negra* que recaía sobre os espanhóis, Hamilton (1938, p. 168 –179) concluiu que havia evidências suficientes para apontar que a decadência realmente existiu. A partir dessa sua leitura se fundou uma espécie de consenso historiográfico que sustenta que a trajetória espanhola foi marcada por um enriquecimento com a chegada dos Habsburgo ao poder em 1517 – e a concentração de poder e territórios que isso gerou – seguido de um declínio durante o século XVII, o qual teve como características principais as quedas na produção agrícola, nas manufaturas e na demografia, originando um quadro de dependência econômica e fuga dos metais obtidos na América espanhola. Corroborando com essa perspectiva, o historiador Fernando Novais (1983, p. 26) ainda ressalta que a decadência se acentuou gravemente na segunda metade do XVII sob Carlos II, momento em que houve uma importante regressão no tamanho da população – sai de 8 para 6 milhões de habitantes – e que

⁶ Nas palavras do *tory* Charles Davenant, “A Espanha teve a aparência de obter a Monarquia Universal” (DAVENANT, Charles. *An essay upon universal monarchy. Written in the year 1701, soon after Lewis the Fourteenth had settled his grandson Philip de Bourbon upon the throne of Spain. By Charles D’Avenant, LL.D.* London, 1734, p. 34, tradução nossa).

o abastecimento das colônias americanas espanholas passou a depender quase que exclusivamente das manufaturas francesas, holandesas e inglesas.

Essas evidências, porém, não impediram que outros historiadores fizessem críticas sobre essa caracterização de que teria ocorrido um declínio durante o século XVII. Para Henry Kamen (1978, p. 35), o problema principal dessa análise é que ela pressupõe que houve uma ascensão que precedeu o declínio. Na sua leitura, a Espanha nunca foi uma nação forte economicamente e tampouco teve uma economia unificada. Por isso, ele entende que os diversos momentos de crise tiveram ritmos e incidências muito diferentes sobre cada uma das principais regiões, não chegando a configurar uma situação em que se pode postular um declínio. Em outras palavras, ele rejeita a noção de que a Espanha enriqueceu e depois declinou no século XVII e advoga pela compreensão de que ela teve ao longo de todo esse período uma economia pouco desenvolvida, pobre em recursos e profundamente dependente das potências estrangeiras (KAMEN, 1978, p. 41).

De todo modo, no que tange à percepção dos ingleses do final do século XVII e início do XVIII, dominava a impressão de que estava ocorrendo um declínio importante. Para um dos principais escritores *tory* do período, o político Charles Davenant (1656 – 1714), nos anos finais do século XVII, o quadro espanhol era de um país que a cada ano declinava mais e mais⁷, o que contrastava com a leitura que o mesmo Davenant fazia da situação da Espanha durante a primeira metade do século XVII. Ele chega a desenvolver uma extensa análise sobre a trajetória imperial espanhola em seu texto *An essay upon universal monarchy*, o qual foi escrito em 1701, às vésperas do início da Guerra de Sucessão Espanhola (1701 – 1713), tendo como objetivo defender a necessidade de conter o expansionismo francês, que ele via como a principal ameaça para a balança de poder na Europa naquele momento. Embora o alvo imediato do texto seja a França, seu argumento principal passa por uma discussão sobre como o desequilíbrio das forças europeias e a busca pelo estabelecimento de uma monarquia universal poderia ter efeitos desastrosos para os ingleses e os europeus. Para ilustrar seu ponto de vista, ele toma a trajetória imperial espanhola como exemplo para mostrar que essa ameaça da monarquia universal – que ao seu ver estava colocada novamente pela França – deveria ser combatida.

Assim, Davenant (1734, p. 45 – 49) inicia uma análise que vai desde as origens da monarquia espanhola até o período de decadência que ele estava vivenciando. Na sua leitura, o crescimento do poder Espanhol se iniciou em 1503, com a tomada de Nápoles, e a Era do descenso já teria começado em 1588, sendo que a sua compreensão sobre as causas do declínio – que teria persistido por todo o século XVII – se dá justamente por meio de um olhar para as ações adotadas nesse período de ascensão espanhola. Isso porque ele avalia que as fundações da riqueza e do poder imperial espanhol – que Davenant entende remontar aos primeiros reis espanhóis, Fernando e Isabel – tinham bases pouco sólidas, pois os vários territórios que passaram a ficar sob o comando do soberano espanhol, sobretudo a partir de

⁷ “Espanha (...) cujos negócios declinam a cada ano mais e mais” (DAVENANT, Charles. *Discourses on the Publick Revenues and Trade of England*, part II. London, 1698, p. 118, tradução nossa).

Carlos V, haviam sido conquistados em grande medida pela questão dinástica e por casamentos, levando a um grande aumento de poder que teria sido repentino e acidental (DAVENANT, 1734, p. 36).

Esse fator, contudo, Davenant ressalta, poderia ser revertido se houvesse governos voltados para fortalecer internamente o império espanhol antes de ter uma investida em prol de uma expansão de territórios, como passou a ocorrer desde Carlos V. É por esse motivo que, na sua visão, as causas do declínio espanhol podiam ser encontradas nos múltiplos erros tomados na condução política e econômica desse império, especialmente a partir da sua ascensão sob Felipe II. Nessa perspectiva, o principal deles consistiu no despovoamento do próprio território espanhol, questão que perpassou desde as guerras internas até a questão religiosa⁸ – que abarcava o contexto da inquisição, a presença dos mouros e dos judeus no território espanhol e os decretos visando a expulsão desses povos e seus descendentes. Nesse sentido, ele segue a reflexão de Maquiavel, na qual aponta como é crucial que uma cidade com pretensões de se tornar dominante esteja repleta de habitantes, e fala das dificuldades geradas por esse despovoamento, seja no âmbito militar, fazendo com que as guerras não pudessem mais ser sustentadas por exércitos compostos por nativos, seja pelo lado econômico, por implicar em uma falta de pessoas aptas a trabalhar e produzir novas mercadorias (DAVENANT, 1734, p. 44). Desse modo, Davenant entende que os reis espanhóis e seus conselhos cometeram erros graves ao mirar nessa expansão, inclusive abrindo diferentes frentes de guerra concomitantes, sem antes solidificar internamente seus próprios territórios. Nas suas palavras, a Espanha era, por isso, “(...) como uma árvore que começa a espalhar seus galhos antes de criar qualquer raiz profunda” (DAVENANT, 1734, p. 44, tradução nossa).

Além disso, em outro texto de sua autoria, Davenant chama a atenção para o fato da situação espanhola ser um caso de inversão completa de expectativa, porque, a despeito de toda a riqueza das Américas, se tratava de um país em que “(...) súditos são pobres, e o governo impotente (DAVENANT, 1698, p. 61, tradução nossa). Sendo ainda mais incisivo, Davenant também associa “o temperamento preguiçoso (que agora é a natureza inveterada nos espanhóis (...))” (DAVENANT, 1698, p. 62, tradução nossa) com o enorme fluxo de metais que chegou até seus cofres no reinado de Felipe II, o que teria levado a uma negligência por parte dos espanhóis em relação às artes, manufaturas e trabalho. Continua Davenant:

Tivessem os espanhóis adicionado conduta e diligência à sua boa fortuna, talvez eles pudessem ter alcançado a monarquia universal que almejavam: Pois, se eles tivessem empregado qualquer proporção do vasto tesouro que traziam anualmente das Índias, em manufaturas, e artes úteis em casa, ou no comércio no exterior, sem dúvida eles teriam sido a nação mais poderosa do mundo (DAVENANT, 1698, p. 62, tradução nossa).

⁸ Nesse ponto, Davenant faz um contraponto claro entre o que ele chamou de “Corte sanguinária” (DAVENANT, Charles. Op. Cit., 1734, p. 42), se referindo ao governo espanhol e sua intolerância religiosa, e a imagem de tolerância que passava a ser abraçada na Inglaterra como um dos consensos que uniram os revolucionários de 1688.

Ou seja, vemos na sua leitura uma clara percepção de que teria ocorrido um período importante de enriquecimento e aumento do poder político, a ponto de haver entre os ingleses “(...) temores do poder da Espanha” (DAVENANT, 1734, p. 7, tradução nossa) ainda no início do século XVII, seguido de uma decadência que veio a partir de uma série de erros de conduta que tornaram a capacidade dos espanhóis de produzir mercadorias e competir no mercado internacional muito inferior aos seus concorrentes do noroeste europeu.

Ainda que esta seja uma visão particular elaborada por um político *tory*, chama a atenção como em certos pontos ela possui uma grande afinidade com as interpretações de políticos e escritores *whigs* que também abordaram a situação da Espanha nesse final do XVII e início do XVIII. É o que se vê, por exemplo, quando o whig John Pollexfen (1636 – 1715), em meio a um debate com Charles Davenant sobre o tema da exportação de moeda⁹, endossa a leitura de que a Espanha era uma nação empobrecida em função da falta de recursos e da incapacidade de produzir mercadorias de maneira competitiva, além de reforçar o estereótipo dos espanhóis serem pouco diligentes e afeitos ao trabalho. Essa semelhança no diagnóstico, contudo, não impediu que os mesmos autores tenham feito leituras distintas sobre certas práticas adotadas pelos espanhóis.

Isso pode ser visto nesse debate acerca da problemática da exportação de moeda entre os dois autores. Pollexfen e Davenant tomaram o caso espanhol como exemplo para avaliar o quanto seria benéfico ou não permitir a saída dos metais do tesouro inglês. Para o autor *tory*, “A proibição estrita de exportar moedas foi um obstáculo inicial à diligência e tornou seu tesouro inútil para o povo” (DAVENANT, 1698, p. 362, tradução nossa). E para embasar tal assertiva, ele aciona o exemplo espanhol: primeiro, relembra que a proibição da exportação de moeda seguiu em vigência na Espanha até 1697, sendo crime capital pelas suas leis, e mesmo assim isso não teria impedido o empobrecimento do país. A explicação, segundo Davenant, era evidente:

(...) [referindo-se aos espanhóis] enquanto suas mãos foram amarradas por suas próprias leis, seu ouro e prata trazidos de lá furtivamente, são as próprias ferramentas com as quais nações mais sábias trabalharam, e pelas quais tanta riqueza foi reunida (DAVENANT, 1698, p. 362, tradução nossa).

Desse modo, Davenant identifica que tal medida não era funcional e se mostrava pouco efetiva para conter a saída dos metais. Além disso, ele compreende que essa política equivocada ajudou a desviar o pensamento dos espanhóis da promoção do comércio e das manufaturas, levando ao empobrecimento e à dependência das manufaturas de outros países para o abastecimento interno (DAVENANT, 1698, p. 362).

⁹ Debate que foi realizado no final do século XVII em meio às discussões sobre o projeto que visava a proibição da venda de tecidos indianos na Inglaterra, uma maneira de proteger a manufatura de lã nacional. Projeto este que acabou sendo aprovado em 1700 e que ainda teve uma segunda versão aprovada em 1721.

Por sua vez, Pollexfen rebate a crítica de Davenant ao conteúdo da lei e afirma que no caso espanhol o problema residia no fato dela não ser implementada. Nesse sentido, faz a seguinte caracterização:

(...) é bem sabido que, não obstante aquela lei, ouro e prata têm sido constantemente trazidos de lá e, portanto, é mais provável que a falta de moeda, e de materiais para manufaturas e de provisões suficientes para tornar a mão de obra barata, e de inclinações ao trabalho no povo, têm contribuído mais para a pobreza daquela monarquia, do que uma lei que nunca foi seguida (POLLEXFEN, 1699, p. 88, tradução nossa).

Dessa maneira, o autor *whig* mostra que também partilha de uma caracterização negativa sobre a situação econômica e política do império espanhol, pois toma a sua trajetória como exemplo de desvio da promoção das manufaturas, de negligência com o próprio tesouro e de um povo sem inclinação para o trabalho. Contudo, em relação à proibição da exportação de moeda, a sua crítica acaba sendo direcionada para um problema de aplicação e não de conteúdo. Na sua visão, embora reconheça que a exportação poderia ser produtiva para a nação, como afirma Davenant, no caso em que houver uma garantia de que irá gerar um retorno ainda maior em moeda, essa garantia não estava dada em relação à exportação que ocorria no comércio com a Índia – que era o tópico principal do debate que eles estavam travando. Por isso, a sua defesa era de retomar leis proibitivas à saída dos metais aos moldes do que era visto na Espanha – e também na Inglaterra anteriormente – e zelar pela sua devida aplicação.

Essa mesma visão pejorativa sobre os espanhóis e a situação econômica daquele império pode ser percebida nos escritos de um outro político *whig* importante, Arthur Maynwaring (1668 – 1712). Ao participar dos debates sobre as ações britânicas na Guerra de Sucessão Espanhola e comentar acerca de quais deveriam ser os objetivos buscados pelo governo britânico nas negociações do tratado de paz, Maynwaring faz uma associação – bastante similar àquela que vimos ser feita por Davenant – entre a posse de territórios com ampla disponibilidade de metais preciosos e a adoção de uma postura negligente na economia. Para justificar seu ponto, ele também toma os espanhóis como exemplo negativo a esse respeito, apontando que “As minas de ouro ou prata, se pudéssemos tê-las, apenas destruiriam nossa diligência e nos tornariam uma geração tão preguiçosa quanto os espanhóis” (MAYNWARING, 1711, p. 26, tradução nossa). Na sua opinião, mais importante do que obter territórios em que os metais preciosos poderiam ser extraídos era conseguir atraí-los através do comércio internacional, argumento que ele resume nesta passagem: “(...) se pudéssemos obter por tratado ou por conquista aquelas minas de Ouro com as quais sonhamos, elas não seriam nem pela metade tão vantajosas para nós, quanto a mera liberdade de negociar lá, e de trocar nossos bens por ouro” (MAYNWARING, 1711, p. 26, tradução nossa). Portanto, na sua leitura, era o comércio – e não a conquista territorial – “(...) o negócio adequado ao nosso país” (MAYNWARING, 1711, p. 26, tradução nossa).

Ao dizer isso, ele estava se colocando contra a perspectiva que dominava entre os *tories* durante o período das negociações de paz da Guerra de Sucessão Espanhola, isto é, a defesa

de um projeto imperial ancorado no poder marítimo e no controle de territórios ultramarinos localizados em espaços estratégicos para o comércio atlântico. Para Maynwaring, esse projeto *tory* não só era inconsistente com a natureza do governo – referindo-se ao governo britânico –, por não combinar com o que ele considerava ser um governo “livre” e afeito às liberdades comerciais, como também se mostrava uma estratégia pouco viável economicamente por acarretar em mais fortes e territórios que deveriam ser protegidos, demandando envio de tropas e novos gastos para os cofres britânicos (MAYNWARING, 1711, p. 26 – 27). Partindo dessa crítica, ele passa a delinear na sua argumentação a defesa de uma concepção imperial distinta daquela encampada pelos *tories*. Nessa concepção, a conquista de territórios e apropriação direta dos recursos naturais não deveriam ser as prioridades. Em contrapartida, defendia-se como palavra de ordem da política britânica a máxima “Comércio e liberdade é tudo que nós queremos” (MAYNWARING, 1711, p. 26, tradução nossa). Ou seja, devia-se buscar, pelas armas inclusive, ter essa “liberdade” para poder comercializar a partir da obtenção de vantagens e privilégios comerciais.

Com isso, mesmo se aproximando da análise de Davenant em relação aos efeitos negativos que a ampla disponibilidade de metais preciosos teve no temperamento e nas práticas econômicas dos espanhóis, Maynwaring mobiliza esse diagnóstico para fazer um contraponto com a concepção de império que estava sendo defendida pelos *tories*. Enquanto isso, Davenant não deixou de visar a conquista direta dos metais preciosos e manteve sua crítica direcionada apenas ao fato dos espanhóis não terem aproveitado aqueles recursos da maneira mais adequada.

Deve-se ressaltar, no entanto, que existe um elemento que unifica os expoentes dos dois principais partidos ingleses em relação à maneira como os espanhóis estavam sendo retratados em meio aos debates envolvendo a Guerra de Sucessão Espanhola: é possível notar como nos escritos dos autores *tories* e *whigs* está muito presente a associação entre a importância do império espanhol, sob o ponto de vista das pretensões britânicas, e a possibilidade de obtenção dos metais preciosos extraídos nos seus territórios ultramarinos. Tal raciocínio é visto, por exemplo, quando Maynwaring indaga:

O que será da Grã-Bretanha em particular, quando os espanhóis não retirarem mais nossas manufaturas, para as quais costumávamos ter retornos em ouro? E como seremos capazes de administrar qualquer outro comércio, especialmente o fornecimento de dinheiro da Espanha? (MAYNWARING, 1711, p. 15);

ou quando Jonathan Swift (1667 – 1745), clérigo e escritor alinhado aos *tories*, discorrendo sobre os impactos da Guerra de Sucessão Espanhola, avalia que o comércio com a América espanhola era “(...) tão benéfico para nós, que recebíamos anualmente tão grandes somas em Cádiz, pelos nossos produtos daí enviados para as Índias Ocidentais espanholas” (SWIFT, 1712, p. 31, tradução nossa). Nota-se, portanto, como nessas duas citações coloca-se em destaque o quanto

aquele comércio seria positivo por conta desse retorno em metais preciosos, o que chega a ser sugerido como algo imprescindível para o império britânico no texto do autor *whig*¹⁰.

Essa centralidade que era dada para as minas de prata e de ouro espanholas revelam, por sua vez, uma dimensão muito importante desses textos: era um reflexo da assimilação por parte desses autores de que o acúmulo constante de capital – embora ainda não utilizassem esse conceito – havia se tornado um imperativo naquele contexto sistêmico marcado pelas lutas interestatais por hegemonia no interior da economia-mundo capitalista. Assim, foi com base nessa compreensão comum que as análises e valorações dos mercantilistas ingleses sobre a trajetória e as práticas imperiais dos espanhóis foram construídas, ainda que isso não os tenha impedido de divergir intensamente sobre a melhor estratégia para se apoderar desses metais – questão que nos remete ao próximo tópico, isto é, aos desdobramentos que essas análises tiveram.

Lições e desdobramentos dos debates sobre a Espanha

Quando se trata de pensar as lições que estavam sendo extraídas da experiência imperial espanhola, o texto de Charles Davenant sobre a Monarquia Universal pode ser considerado um bom ponto de partida, pois, após realizar aquele diagnóstico sobre os problemas que contribuíram para o declínio espanhol, ele busca apresentar o que poderia ter sido feito para evitar esse desfecho. Segundo Davenant, isso exigiria uma série de ações que iriam no sentido oposto daquelas tomadas pelos espanhóis. Entre elas, o autor *tory* destaca que deveria ter ocorrido uma espera pelo aumento da população, incluindo o estímulo à chegada de estrangeiros para habitar as províncias mais desertas, e políticas econômicas que encorajassem o comércio, a lavoura e as manufaturas, medidas que, se tivessem sido adotadas, manteriam na Espanha uma parte considerável do ouro e da prata obtidos nas Américas (DAVENANT, 1734, p. 43). Ou seja, a análise de Davenant em grande medida não corrobora com o estereótipo da *leyenda negra*, que enfatizava a questão religiosa por um viés moral e a crueldade dos espanhóis na exploração das populações indígenas americanas. Em vez disso, se notabiliza por tentar encontrar a explicação para o declínio espanhol por meio de uma racionalidade econômica coerente com os pressupostos do desenvolvimento capitalista.

O mesmo pode ser dito pelas menções dos *whigs* John Pollexfen e Arthur Maynwaring sobre a situação dos espanhóis. Para esses autores, também estava claro que a decadência espanhola passava pela negligência em relação à produção agrícola e manufatureira. Isto é, os membros dos dois partidos demonstravam ter a consciência de que a falta de estímulo ao comércio e à produtividade na agricultura e na manufatura estava na raiz do processo de empobrecimento espanhol que era percebido à época, em uma mostra de como essa imposição

¹⁰ Havia, além disso, o desejo sobretudo entre os *tories*, especialmente a partir da criação da *South Sea Company*, que os metais não fossem apenas obtidos pelo comércio, mas também que novas aquisições territoriais ultramarinas conferissem ao império britânico suas próprias minas de prata e de ouro.

do sistema – a necessidade permanente de ampliar a produção e a venda de mercadorias – havia sido assimilada por eles. Isso não significa dizer que questões religiosas e morais não entrassem nas análises. Como vimos anteriormente, esses três autores citaram a falta de diligência do povo espanhol e no texto de Davenant há uma crítica importante à Inquisição e aos processos de expulsão da comunidade moura e judaica, o que teria sido um dos principais fatores para o despovoamento do território espanhol. Porém, mesmo essas críticas estão diretamente associadas ao aspecto econômico, afinal, o despovoamento e a falta de inclinação ao trabalho são apontados como problemas na medida em que comprometem a força militar e a capacidade do país de produzir e ser competitivo no mercado internacional.

Por outro lado, *whigs* e *tories* também chegaram a conclusões diferentes depois de observarem certos aspectos da trajetória espanhola. Embora compartilhassem esse elemento comum que permitia um alinhamento em torno do objetivo final que deveria ser buscado pelo império britânico, existia uma distinção importante nas estratégias imperiais que cada partido defendia. Como aponta o historiador Steve Pincus (2009, p. 350; 365), em linhas gerais, os dois partidos tinham nesse período visões modernas sobre o Estado, sendo que essas duas perspectivas protagonizaram o embate sobre os rumos do império britânico após a Revolução Gloriosa em 1689. De um lado, os *whigs* defendiam uma concepção imperial que se pautava pela perspectiva de ter um império fortalecido no continente europeu, integrado comercialmente e capaz de se impor em relação aos seus concorrentes pela sua maior capacidade produtiva, que seria alcançada por meio de estímulos e medidas protetivas ao setor manufatureiro, e pelas vantagens comerciais obtidas via tratados internacionais – o que também passava por uma capacidade de imposição no âmbito militar. Os *tories*, por seu turno, apresentavam como alternativa uma outra concepção imperial que também era moderna e coerente, mas se caracterizava por envolver estratégias diferentes quanto à política econômica interna e a política externa imperial. Nesse esquema, as políticas protecionistas para estimular as manufaturas não teriam o mesmo peso, pois o fundamental seria investir na expansão ultramarina, incluindo a conquista de territórios estratégicos no Atlântico e o fortalecimento do poder naval, visando alcançar o posto de maior potência no comércio internacional. Segundo essa leitura, o caminho para a hegemonia na economia-mundo não passava por se firmar como uma potência dentro do continente europeu, mas sim por adotar uma *blue-water policy*. Isto é, acreditava-se que o império britânico deveria se colocar como um poder marítimo e constituir um império de muitas bases ultramarinas, porque assim poderia controlar e intermediar os principais circuitos comerciais no interior da economia-mundo – e, com isso, estaria dando o passo crucial para superar os seus rivais em poder e riqueza.

Concretamente, a defesa dessas concepções imperiais distintas fazia com que o *whig* Pollexfen tomasse o lado do setor manufatureiro na polêmica contra a venda de tecidos indianos na Inglaterra e reivindicasse a proibição da exportação de metais preciosos, ao mesmo tempo em que levava o *tory* Charles Davenant a defender a Companhia das Índias Orientais nessa disputa e ser favorável à saída dos metais para o comércio com o Oriente. Essa mesma divergência em termos de concepção imperial explica, também, como, no debate em torno da

participação britânica na Guerra de Sucessão Espanhola, os *whigs* defenderam uma paz voltada para a garantia de privilégios comerciais e a contenção do avanço francês no continente europeu, enquanto que os *tories* estavam mais preocupados com a obtenção de territórios atlânticos para poder se impor pela via marítima e penetrar nos mercados da América espanhola.

Eram diferenças muito importantes e que provocaram uma intensa disputa entre as posições de cada partido, mas elas também não impediram que houvesse composições e sínteses, como pode ser visto na própria resolução desses embates envolvendo a proibição da venda de tecidos indianos em solo inglês e as negociações de paz para finalizar a Guerra de Sucessão Espanhola¹¹. Isso só foi possível porque existia esse elemento comum que abordamos anteriormente, ou seja, ambos os lados estavam comprometidos com visões modernas de império que viam o acúmulo constante de riquezas como a principal estratégia para a ampliação do poder. Nesse sentido, é interessante notar que essa percepção comum não pode ter sido uma obra do acaso, mas sim um reflexo, que passou por muitas mediações, das transformações que estavam ocorrendo na economia-mundo ao longo do século XVII. Assim, tomando como base as narrativas dos mercantilistas ingleses sobre os espanhóis que abordamos neste texto, é possível dizer que a percepção sobre a decadência espanhola durante o século XVII pôde evidenciar aos ingleses do final do século XVII e início do XVIII que aquilo que Giovanni Arrighi (1996, p. 33 – 34) chamou de lógica territorialista de poder estava sucumbindo diante da lógica capitalista e do imperativo da forma-mercadoria – algo que teve como principal símbolo o contraste entre a ascensão holandesa e a decadência espanhola¹².

Em outras palavras, por trás dessa formulação de diferentes projetos imperiais modernos que estavam sendo defendidos por *tories* e *whigs*, havia uma compreensão específica sobre a dinâmica sistêmica que estava em voga, a qual só pode ter como fundamento as análises sobre as experiências anteriores e contemporâneas que se deram nesse mesmo contexto sistêmico. Por isso, a representação sobre os espanhóis não deixa de ser a expressão de um aspecto importante nessa transformação que se deu no discurso político inglês, na medida em que

¹¹ Ao final dessas disputas, a aprovação da proibição da venda de tecidos indianos foi acompanhada de uma permissão para a venda desses produtos nas colônias britânicas na América, configurando uma solução de compromisso entre as partes, e a paz consolidada em Utrecht, que deu fim à Guerra de Sucessão Espanhola, ainda que tenha expressado majoritariamente as propostas dos *tories* que estavam no governo, também rendeu garantias que eram pleiteadas pelos *whigs*.

¹² Devido aos limites deste artigo e da escolha pelo enfoque nos espanhóis, a temática da representação do sucesso holandês, ainda que seja um elemento muito importante nesta discussão sobre a formulação das concepções imperiais inglesas, não poderá ser desenvolvida aqui. No entanto, vale ressaltar como essa hipótese do impacto do sucesso holandês é bem delineada por Giovanni Arrighi quando aponta que o sucesso da estratégia holandesa não apenas foi reconhecido pelos vizinhos europeus, como também gerou uma grande disposição imitativa entre eles. Isto é, os principais estados europeus buscaram replicar os métodos utilizados pelos holandeses para enriquecer, o que, por sinal, teve como efeitos colaterais o acirramento das disputas no interior da economia-mundo e a criação das condições para a superação do domínio comercial holandês. Ver o argumento completo em: ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 141 – 145.

explicita o entendimento de que a negligência com a produção de mercadorias e com o comércio levariam inexoravelmente à decadência do império.

Conclusão

Seguindo as conclusões que apresentamos até aqui, a trajetória imperial espanhola não só seguiu sendo debatida e considerada como uma referência importante para os mercantilistas ingleses refletirem e decidirem sobre os seus próprios repertórios imperiais, mas também proporcionou a eles, a partir sobretudo do debate específico sobre as origens do declínio espanhol, algumas lições fundamentais acerca do funcionamento da economia-mundo capitalista. Ou seja, como vimos anteriormente, as análises que alguns dos principais autores mercantilistas ingleses fizeram sobre os espanhóis mostravam um reconhecimento de que havia se tornado insustentável, mesmo para um império com ampla disponibilidade de metais preciosos, não ter uma alta produtividade nas manufaturas e na agricultura.

A questão é que isso não ocorreu como um mero desenvolvimento autônomo no campo das ideias. Em vez disso, tal reconhecimento das novas exigências do contexto sistêmico em que estavam inseridos deve ser entendido como uma nova compreensão que reflete os processos objetivos que se passavam diante dos olhos desses autores. Nesse particular, o processo mais decisivo – e que se conecta com todos os outros que ocorriam de maneira concomitante – se deu em função da luta interestatal pela hegemonia da economia-mundo que escancarou ao longo do século XVII o sucesso da estratégia capitalista holandesa e o fracasso da estratégia territorialista espanhola. Mais do que uma vitória de um país sobre outro, era a metáfora perfeita para um novo tempo que havia chegado e exigia ajustes por parte de todas as nações que quisessem prosperar naquele contexto sistêmico que estava se consolidando – um recado que foi muito bem ouvido e compreendido pelos ingleses, como bem mostra a trajetória ascendente que o império britânico teve desse período em diante.

Partindo dessa premissa, a nossa hipótese é que o mercantilismo e o discurso político inglês sofreram uma influência decisiva dos deslocamentos sistêmicos provocados pela ascensão holandesa¹³ e a decadência espanhola, de modo que eles só teriam assumido esse caráter moderno que temos caracterizado após passar por uma transformação gradual que teve início ainda em meados do século XVII¹⁴ e se deu em grande medida por causa dessa influência. Com isso, pode-se dizer que os debates promovidos entre os mercantilistas ingleses buscando explicar as razões para o declínio espanhol, na medida em que trouxeram à tona elementos que contribuíram para levar esses autores a formular concepções modernas sobre o Estado e a

¹³ O próprio Davenant, além de constatar o fracasso espanhol, mostra ter assimilado muito bem a lição do sucesso holandês, quando reconhece que os holandeses conseguiram o feito de superar a Inglaterra no âmbito comercial mesmo sem ter um solo mais produtivo ou uma população mais extensa, o que, na sua visão, se deve ao fato de que entre os holandeses as “preocupações de comércio” haviam se tornado “questão de estado” (DAVENANT, Charles. Op. Cit., 1698, p. 174, tradução nossa).

¹⁴ Seguindo, neste ponto, a hipótese de Pincus em: PINCUS, Steve. 1688: *The First Modern Revolution*. New Haven, CT: Yale University Press, 2009, p. 8.

economia política, foram parte crucial desse processo de transformação no discurso político inglês.

Portanto, foi por meio da reflexão sobre os eventos e processos sistêmicos que os autores mercantilistas ingleses puderam elaborar as ideias que estiveram por trás das políticas que fizeram o império britânico ter trilhado a sua trajetória de ascensão que culminou na conquista da hegemonia mundial ao final do XVIII. E isso, ao mesmo tempo que dá uma medida do grau de importância dessa guinada que ocorreu no pensamento mercantilista inglês, só reforça o quanto se deve insistir nos estudos que repensem o mercantilismo a partir desse enfoque na percepção que esses autores tiveram dos processos da economia-mundo, pois, como se tem tentado demonstrar por essa ênfase no mercantilismo inglês e na representação dos espanhóis, tal procedimento pode revelar novos aspectos que serão fundamentais para a compreensão dos significados e desdobramentos da literatura mercantilista.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. **Empires in World History: Power and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

DAVENANT, Charles. **Discourses on the Publick Revenues and Trade of England, part II**. London, 1698.

DAVENANT, Charles. An essay upon universal monarchy. Written in the year 1701, soon after Lewis the Fourteenth had settled his grandson Philip de Bourbon upon the throne of Spain. *By Charles D'Avenant, LL.D.* London, 1734.

ELTIS, David. **Iberian dominance and the intrusion of the northern Europeans into the Atlantic World: slave trading as a result of economic growth?** Almanack, Guarulhos, n. 22, p. 496 - 550, ago. 2019.

HAMILTON, E. J., **The Decline of Spain**. Economic History Review, 1st ser., Vol 8, 1937–38, p. 168 –179.

KAMEN, Henry. **The Decline of Spain: A Historical Myth?** Past & Present, No. 81, Nov., 1978, p. 24-50.

MAGNUSSON, Lars. **The Political Economy of Mercantilism**. New York: Routledge.2015

MARQUESE, Rafael. **História global da escravidão atlântica**. Em: Esboços, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 14-41, jan./ abr. 2019, p. 17

MAYNWARING, Arthur, **Remarks upon the present negotiations of peace begun between Britain and France**. London, 1711.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1983.

PINCUS, Steve. **1688: The First Modern Revolution**. New Haven, CT: Yale University Press, 2009.

_____. **Addison's Empire: Whig Conceptions of Empire in the Early 18th Century.** The Parliamentary History Yearbook Trust, 2012, p. 99 – 117.

POLLEXFEN, John. **A Vindication of some assertions relating to coin and trade from the reflections made by the author of the Essay on ways and means in his book intituled Discourses on the publick revenues and on the trade of England, &c., Part II.** London, 1699.

STERN, Philip J.; WENNERLIND, Carl (Eds.) **Mercantilism Reimagined: Political Economy in Early Modern Britain and Its Empire.** New York: Oxford University Press, 2014.

SWIFT, Jonathan, **The conduct of the allies, and of the late ministry. In beginning and carrying on the present war.** London, 1712

Artigo recebido em 19/03/2021 e
aprovado para publicação em 07/06/2021